

A DITADURA CIVIL-MILITAR PARAENSE EM SALA DE AULA: MEMÓRIA, HISTÓRIA DIGITAL E HISTORIOGRAFIA NA AULA DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

THE PARAENSE MILITARY DICTATORSHIP IN THE CLASSROOM: MEMORY, DIGITAL HISTORY AND HISTORIOGRAPHY IN THE AMAZON STUDIES CLASSROOM

Davison Hugo Rocha Alves¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar as potencialidades educativas para debater a ditadura civil-militar no Pará, a partir dos novos enfoques metodológicos e historiográficos após a comemoração dos 50 anos do golpe civil-militar. Enquadra-se dentro de uma História do Tempo Presente e na perspectiva de História Pública através do uso de memórias, de documentos oficiais e de produção de conhecimento histórico, o professor pode abordar a temática da ditadura civil-militar a partir de suas fases tendo como fio condutor, cinco programas construídos pelo projeto de pesquisa UFPA e os Anos de Chumbo, que estão disponibilizados para consulta e uso pedagógico dentro das aulas de História e de Estudos Amazônicos.

Abstract: This article aims to present the educational potential for debating the military dictatorship in Pará, based on new methodological and historiographical approaches after the 50th anniversary of the civil-military coup. It fits within a History of the Present Time and in the perspective of Public History through the use of memories, official documents and the production of historical knowledge, the teacher can approach the theme of the military dictatorship from its phases having as a guideline, five programs built by the UFPA research project and the Years of Lead, which are available for consultation and pedagogical use within History and Amazonian Studies classes.

¹ Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (ProfHistória/UFPA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; **Keywords:** Military Dictatorship; Estudos Amazônicos; História Pública Amazonian Studies; Public History.

Introdução

O presente trabalho analisa como a temática da ditadura civil-militar pode ser mobilizada pelo professor de Estudos Amazônicos, no estado do Pará, para trabalhar com os chamados temas sensíveis em sala de aula. Contudo, não obstante as questões inerentes a temática inerente à história do tempo presente atualmente mobilizada pela demanda do nosso tempo social, objeto de estudo desta referida pesquisa, onde a investigação no permite ainda de que maneira breve, conhecer o repositório digital da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentando aos docentes da educação básica o contato de trabalho com fontes digitais dentro de sala de aula.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa surge no terreno do campo entre a História e a Memória, no espaço escolar. Visto que, as discussões em torno do saber histórico escolar tornaram-se presentes nas pesquisas historiográficas. Abordaremos os debates em torno da memória na presente seção deste artigo, bem como vinculá-los às discussões de história do tempo presente e a perspectiva do uso de repositórios digitais na construção e produção de uma de história na educação básica.

O presente artigo está dividido em dois momentos, são eles: a) no primeiro momento iremos realizar as conexões entre história do tempo presente, memória, história pública, história digital e o ensino de história para debatermos a perspectiva de fonte histórica para a produção de uma aula de História local; b) no segundo momento iremos apresentar as perspectivas da ditadura civil-militar no Pará a partir das pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal do Pará, onde abordaremos o uso do repositório institucional e a produção de cinco programas para debater os temas sensíveis em sala de aula pelo professor de História e Estudos Amazônicos.

Olhando sobre o prisma da história do tempo presente na Amazônia

A primeira parte deste artigo traça um percurso histórico dentro do campo historiográfico conhecido como história do tempo presente, e suas conexões com a

história pública, o conceito de memória e a produção de acervos digitais para uso na pesquisa e no ensino de História. O campo da chamada HTP ganhou espaço no terreno epistemológico dos historiadores no intervalo de tempo entre os anos 1979 e 1980, quando os historiadores franceses liderados por Henry Rousso criaram na França o Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS, conforme destaca Antônio Elíbio Júnior (2020), quando pensou-se em uma história do seu próprio tempo, propuseram uma virada epistemológica na pesquisa histórica e no ensino de História, intercalando passado e o presente como categorias centrais para o trabalho do historiador. A historiador Roger Chartier, assim, define a História do Tempo Presente:

(...) o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (CHARTIER, 2006, p. 24).

As questões socialmente vivas são fundamentais para entender o tempo presente, ou seja, são os objetos privilegiados do ensino de História que debatem as demandas de grupos identitários pela busca de direitos sociais em uma determinada sociedade (PEREIRA; SEFFNER, 2018). A reflexão teórico-metodológica que pretendemos abordar neste artigo é a construção de uma História escolar que acabe afaste-se de uma perspectiva histórica universalista, ela está voltada para a história do Estado-Nação, etnocêntrica, elitista e recuse o olhar sobre o outro como uma possibilidade de interpretar o passado em sala de aula. O estudo dos regimes autoritários no Brasil e no mundo permite com que o professor esteja sensível a ensinar e abordar temas considerados sensíveis. Os traumas, as violências na História, os acontecimentos recentes são considerados temas vivos dentro do espaço escolar, quando a questão é “delicada em sala de aula, quando o próprio professor pode ser colocado em dificuldade no que diz respeito aos conhecimentos necessários para ensinar, ou em função das reações dos alunos” (LEGARDEZ; SIMONNEAUX, 2006, p. 56).

Os historiadores estavam voltando-se suas reflexões para as chamadas “fraturas” ocorridas durante o século XX, como destaca o historiador Eric Hobsbawm, sendo considerada a história do trágico, dos traumas, das emergências de estados totalitários, de violência extrema em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, por isso, voltarem os pesquisadores das ciências humanas, em especial os historiadores aos estudos de memória, houvesse um grande investimento dos historiadores ingleses, franceses e alemães em compreender as atrocidades deixadas pelos regimes autoritários.

Tais pesquisas encorajaram os historiadores do tempo presente a encontrar novos fenômenos sociais tomando a questão da memória como epicentro de suas análises. Não se poderia ignorar a dor e a “banalização do mal” diante das imagens de uma guerra cujos canhões permaneciam quentes. O passado penetrava fundo num presente opaco, carregado das recentes experiências vividas, mas ainda silenciadas. Ademais, as desilusões estraçalhadas de uma Europa da belle époque, invocavam mais dúvidas do que certezas com o devir (ELÍBIO JÚNIOR, 2020, p. 6).

Nesse sentido, a “história do tempo presente” tornou-se uma “febre” nas pesquisas historiográficas, destacando o potencial fenomenológico apontado pelas múltiplas vozes silenciadas dentro de uma determinada sociedade, portanto, colocando no centro da questão historiográfico um repensar do trabalho do historiador na sociedade, produzindo uma “história que não passa”, ou seja, um passado que não passa, sempre presente no interior de uma dada realidade social. Fez-se necessário voltar à tona as discussões em torno do valor da memória para a pesquisa histórica e não ser vista com determinada desconfiança, a historiadora Marieta Ferreira (2002) destaca que,

A afirmação da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifração de documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados (FERREIRA, 2002, p. 315).

Cabe-se fazer a distinção entre a História e a Memória dentro da pesquisa histórica, pois, tornam-se dois conceitos centrais para se pensar os estudos de História do Tempo Presente. O historiador Pierre Nora, durante a publicação de seu texto clássico publicado durante os anos 1990 na revista *Projeto História*, assim define didaticamente a diferenciação entre os dois conceitos,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está sempre em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9).

Portanto, nossas reflexões estão presentes na fronteira entre a História e a memória, no entanto, devemos usá-la como fonte para pesquisa histórica, a memória não pode ser confundida com a História e muito menos se reduz a ela, pois, a ciência História não possui um status de objeto jurídico. Não cabe ao historiador julgar o passado, cabe a ele fazer reflexões mediados pelas fontes históricas disponíveis para construir uma versão possível do passado. Os historiadores compreendem o passado mediado pelo uso das fontes disponíveis e produzidas pelas sociedades. Sobre isso, o historiador francês Marc Bloch assim afirma,

Compreender, no entanto, nada tem de uma atitude de passividade. Para fazer uma ciência, serão sempre precisas duas coisas: uma realidade, mas também um homem. A realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variegada. Uma simples fotografia, supondo mesmo que a ideia dessa reprodução mecanicamente integral tivesse um sentido, seria ilegível. Dirão que, entre o que foi e nós, os documentos já interpõem um primeiro filtro? Sem dúvida, eliminam, frequentemente, a torta e a direita. Quase nunca, em contrapartida, organizam de acordo com as exigências de um entendimento que quer conhecer. Assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tira. Em uma palavra, analisa (BLOCH, 2002, p. 128).

A proliferação do campo da pesquisa denominada de história do tempo presente no Brasil começou a ganhar legitimidade no Brasil, por exemplo, desde 2014 quando os estudos da ditadura civil-militar comemoram-se os 50 anos do golpe civil-militar de 1964, ganharam novos rumos a pesquisa histórica em torno das perspectivas sociais deste evento político. Há um lugar comum dizer que os estudos sobre a ditadura civil-militar após a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)² regionalizaram-se, com a criação de diversas comissões estaduais da verdade e da emergência de compreender a ditadura civil-militar no interior das universidades brasileiras.

Nesse aspecto, cabe-se ressaltar a importância dos estudos historiográficos para a construção do plano de aula da disciplina Estudos Amazônicos. Os chamados Estudos Amazônicos surgiram na grade curricular do Estado do Pará durante o final dos anos 1990, quando os professores queriam entender os recentes processos pelo qual passaram a região amazônica após o golpe civil-militar de 64.

As propostas curriculares apresentadas pelo Ministério da Educação durante os anos 1990 dialogam com a elaboração de uma disciplina regional no Pará, haja vista, que diante das recentes transformações pelo qual passou a região amazônica, não era interessante continuar reproduzindo no espaço escolar uma narrativa que versasse somente sobre a História do Pará, mas que a História do Pará fosse incluída dentro de uma disciplina de amplitude regional, ele ficou conhecida como "Estudos Amazônicos". Por isso, fica evidenciado no período compreendido entre 1997 e 2000 a tentativa de implementar uma disciplina regional dentro do estado do Pará, pois, a carência de discussões regionalizadas no espaço de sala de aula provocou um debate entre os professores da área das humanidades a pensar as diversas Amazonas neste espaço social, cultural e administrativo brasileiro (ALVES, 2020, p. 213).

A questão do processo de desenvolvimentismo pensado pela ditadura civil-militar, a ação dos sujeitos sociais e o impacto na floresta amazônica mobilizaram os professores de História, Sociologia e Geografia a debaterem no espaço escolar a região amazônica do presente. A urgência do presente tornou-se uma dinâmica

² Devido este artigo ter outra finalidade não se tem a intenção de aprofundarmos nas ações desenvolvidas pela CNV, que produziu um relatório final entregue à presidente Dilma Rousseff no dia 10 de dezembro de 2014. Para mais detalhes sobre a CNV, ver: Canabarro (2014); Della Vecchi, Gasparotto & Silveira (2012); Gallo (2016).

interessante para ser abordada no interior do espaço escolar. A questão da ditadura civil-militar e a produção de múltiplas memórias, demarcam o lugar de sujeitos anônimos na participação dos processos históricos.

O debate estava posto. Caberia ao professor de Estudos Amazônicos atualizar-se diante das necessidades de aprendizagem significativa no interior da sala de aula que problematizam a região amazônica no espaço escolar. Há um “vazio” na produção historiográfica regional no estado Pará, devido ao mercado de livros didáticos regionais serem ínfimos (FREITAS, 2009, p. 18). No entanto, o professor de Estudos Amazônicos pode recorrer a outras fontes, como os considerados documentos digitais ou audiovisuais para preparar sua aula referente a determinada temática.

Nesse mesmo ano foi criado no estado do Pará a Comissão Estadual da Verdade e Memória pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), através da lei nº 7.802 de 31 de março de 2014, portanto, quando se rememorou os eventos ocorridos em âmbito nacional, para construir uma política de memória histórica neste estado da região houve se a necessidade através da Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos, a finalidade de apurar os crimes políticos ocorridos no período de 1964 a 1985, a referida legislação estadual assim destaca

Art. 3º. São objetivos da Comissão Estadual de Verdade e Memória:

I – Esclarecer os fatos e circunstâncias dos casos de grave violação aos Direitos Humanos;

II – Promover os esclarecimentos circunstanciados de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver, e de suas respectivas autorias, ocorridos no território do Estado do Pará, atingindo paraenses ou residentes no Estado na época dos fatos.

III – Identificar e tornar público as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas às práticas de violações aos Direitos Humanos, mencionados no caput 1º desta lei, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais, e na sociedade;

IV – Encaminhar os órgãos públicos e competentes todas e quaisquer informações obtidas que possam auxiliar na localização e na identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da lei federal nº 9.140 de 4 de dezembro de 1995.

V – Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violação dos Direitos Humanos, especialmente como a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528 de 18 de novembro de 2011.

VI – Recomendar a adoção de políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, bem como assegurar sua não repetição e promover sua efetiva reconciliação nacional;

VII – Promover com base nos informes obtidos a reconstrução da história dos casos de grave violação aos Direitos Humanos, colaborando para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (PARÁ, 2014, cad. 1, p. 5).

O governador do Estado do Pará Simão Jatene (PSDB-PA) ao instituir a referida CVM-PA no dia 31 de março de 2014, e ao publicar no Diário Oficial do Estado do Pará, autorizou a referida comissão a realizar um trabalho com diversas instituições envolvidas por um período de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para observar as graves violações direitos humanos ocorridas no Estado do Pará.

Percebe-se que a intenção era demonstrar que os estudos de ditadura civil-militar no estado do Pará deveriam ir além da Guerrilha do Araguaia (1972-1974)³, evento que marca a região sul do Estado do Pará, ou seja, evidenciar novas luzes sobre a ditadura civil-militar do Pará permite colocar como protagonistas outros fatos e eventos que marcam a história recente do Estado do Pará, apresentando homens e mulheres em sua maioria anônimos como sujeitos históricos.

Portanto, como pode-se perceber as ações da Comissão de Verdade e Memória do Estado do Pará estava alinhada aos acontecimentos recentes com a instalação pela presidente Dilma Rousseff (2011-2014) da chamada CNV. No entanto, os caminhos da historiografia recente brasileira vêm no sentido de apresentar as heranças e os traumas do período autoritário brasileiro referente ao período de 1964 a 1985, pois, sabemos que há muito ainda o que se conhecer desse passado "escuro".

A Universidade Federal do Pará também entrou no debate do dia em torno da questão da ditadura civil-militar (1964-1985), conforme destaca a historiadora Edilza Fontes (2014, p. 281). A pesquisa desenvolvida nesse mesmo ano de rememoração dos 50 anos do golpe civil utilizou-se de documentação relativa às trocas de mensagens entre os governos militares com as administrações superiores da Universidade Federal do Pará. Foi construído um banco digital com 52 entrevistas

³ A Guerrilha do Araguaia foi um evento que marcou a ditadura civil-militar no período de 1972 a 1974, quando diversos estudantes universitários vieram para a região conhecida como bico do papagaio (compreendida entre o norte de Goiás hoje estado de Tocantins, Sul do Pará e o Sul do Maranhão), a fim de combater a ditadura civil-militar através da guerrilha rural. Os integrantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB) ousaram derrubar a ditadura civil-militar instalada em 1964. Sobre isso, ver: Silva (2008).

referentes ao período em questão analisado, com a finalidade de construir uma história social da UFPA (FONTES, 2014, p. 281).

No dia 19 de setembro de 2012, o Ministério da Educação, “considerando a necessidade de colaborar com a consecução dos objetivos da Comissão Nacional da Verdade [...] resolve: instituir, no âmbito do Ministério da Educação, a comissão para o levantamento de documentos, produzidos no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988”. No dia 1º de outubro do mesmo ano, a Secretaria Executiva da Comissão para levantamento documental envia o ofício circular n. 015/2012/SAA/MEC para o reitor da Universidade Federal do Pará, professor Carlos Edilson de Oliveira Maneschy, solicitando o levantamento e identificação de documentos que tratassem da violação de direitos humanos naquele período no âmbito da UFPA, visando obter informações de medidas arbitrárias impostas por agentes públicos. Solicitava também que esses conjuntos documentais fossem remetidos ao MEC no dia 15 de outubro (FONTES, 2014, p. 281).

Os temas transversais contemporâneos estão presentes dentro da BNCC lançado pelo Ministério da Educação, nesse aspecto, cabe-se ressaltar a questão dos direitos humanos como elemento articulador e integrador dos conteúdos escolares na educação básica, pois, a transversalidade torna-se o princípio metodológico que modifica a prática pedagógica. Ultrapassando uma concepção fragmentada de ensino e aprendizagem, agora o professor juntamente com os estudantes na educação básica tem que possuírem uma visão chamada sistêmica do processo educativo.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2017, p. 19).

Nesse caso, percebemos como a discussão dos direitos humanos entrou na agenda educativa após o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), e mais recentemente como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) Temas Contemporâneos Transversais, indicando para o professor na educação básica que,

Os TCTs na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a

formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola. (BNCC, 2019, p. 6).

Tabela 1 - Base Nacional Curricular Comum, Temas Transversais Contemporâneos

Eixo de Aprendizagem: Cidadania e Civismo	
•	Vida familiar e Social
•	Educação para o Trânsito
•	Educação em Direitos Humanos
•	Direitos para a criança e do adolescente
•	Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso

Fonte: Autor, 2022

Nesse aspecto, cabe-se ressaltar a concepção de educação pensada por dentro da BNCC no que se refere aos direitos humanos. O documento curricular de 2018 indica que “os estudantes devem ser conscientes de seu processo de ensino e aprendizagem, e para que assim o professorado possa estabelecer uma estruturação mais aberta e flexível dos conteúdos escolares” (BNCC, 2019, p. 9).

A ditadura civil-militar em sala de aula: usando o repositório digital da UFPA nas aulas de Estudos Amazônicos

Como mencionado na seção anterior a disciplina Estudos Amazônicos carece de materiais didáticos impressos, pois, os livros didáticos são lançados por editoras privadas e logo se esgotam, portanto, eles já são produzidos sendo considerados livros raros na região amazônica, especificamente no estado do Pará.

A Base Nacional Curricular Comum do Estado do Pará (BNCC-PA) aprovou no dia 20 de dezembro de 2018, durante sessão plenária o parecer nº 681/2018, no que diz respeito ao Documentos Curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado, dentro do Sistema de Ensino do Estado Pará. Portanto, foi implementada a BNCC-PA no ano de 2019 em todas as escolas públicas. No que se refere a disciplina Estudos Amazônicos, o referido documento assim destaca que dentro do ciclo 4 referentes ao 8º e 9º do ensino fundamental, o professor na educação básica.

Tabela 2 - Base Nacional Curricular Comum, Estado do Pará

Eixo 1: O espaço/tempo e suas transformações
1. Sub-eixo: Natureza, trabalho, tecnologias e transformações do espaço
Objetivo da aprendizagem: Entender as políticas dos governos totalitários
Habilidade: (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar

Fonte: BNCC-PA, 2018, p. 446.

Portanto, espera-se que o professor durante os anos finais do ensino fundamental trabalhe com os chamados temas sensíveis ou controversos durante as aulas de Estudos de Estudos Amazônicos pelos professores de História e de Geografia. Nesse aspecto, há a valorização da interdisciplinaridade no interior do espaço escolar. A própria disciplina Estudos Amazônicos quando surge no final dos anos 1990 pode ser considerada interdisciplinar, podendo ser ministrada pelos professores da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará que ministram as disciplinas de História, Geografia e Sociologia. Na mesma perspectiva dos acontecimentos recentes no estado do Pará a nível da CVM-PA, por exemplo, a BNCC do estado do Pará evidencia que o professor na educação básica a partir do referido documento legal.

Tabela 3 - Base Nacional Curricular Comum, Estado do Pará

Eixo 3: Valores da social
1. Sub-eixo: Participação social com garantias de direitos
Objetivo da aprendizagem: processo de dominação e manutenção da elite política, subjugada aos interesses norte-americano.
Habilidades: (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

Fonte: BNCC-PA, 2018, p. 451.

O debate da transdisciplinaridade está presente na BNCC pensada pelos elaboradores no estado do Pará. Conforme nos destaca as habilidades acima que mesclam dentro da disciplina da disciplina Estudos Amazônicos as disciplinas História e Geografia, quando são debatidos os chamados temas sensíveis. A interdisciplinaridade é uma perspectiva interessante para pensar os temas sensíveis, pois dinamizam as aulas dentro do espaço escolar.

A questão da interdisciplinaridade e a formação docente, em particular, está intimamente ligada à problemática da intervenção educativa. O olhar interdisciplinar sustentado pela intervenção educativa nos convida, de fato, a questionar a prática profissional, dentro de uma perspectiva multirreferencial (FAZENDA; GODOY, 2014, p. 17).

Os cinco programas sobre a ditadura civil-militar na sala de aula.

Considera-se importante investigar outras verdades e com isso a possibilidade de restituir as vítimas do poder instituído após o golpe civil-militar de 1964 o seu lugar de fala, ou seja, seu poder de narrar sob o seu ponto de vista os acontecimentos que impactaram sua vida durante os anos 1960 até os anos 1980 do século XX. O papel dos testemunhos está no sentido de construir um outro olhar sobre o tema do trauma, não invisibilizando os sujeitos, pois, a memória deles incomodam determinados setores de uma dada sociedade, que quer relegá-los ao esquecimento, construindo uma cultura do negacionismo no tempo presente. A historiadora Maria Paulo Araújo destaca a importância desses acervos digitais, pois

Esses são, portanto, acervos sensíveis, porque incomodam, porque demandam respostas e explicações, porque nos interpelam. Trabalhar com eles é um desafio para o historiador. Não apenas pela complexidade das questões teóricas e metodológicas que envolvem, mas também porque demandam um compromisso profundo com a democracia e, sobretudo, com uma prática orientada pelos Direitos Humanos (ARAÚJO, 2020, p. 33).

Voltando ao objeto de análise deste trabalho vinculando-se ao ensino de história, no que se refere ao tratamento das chamadas questões sensíveis na Universidade Federal do Pará, por exemplo, reflete-se desde hoje na redemocratização na UFPA uma política de memória hegemônica em torno da figura

do reitor Silveira Netto, como sendo o idealizador do campus do Guamá. O nome do campus da UFPA relembra-se a figura do José da Silveira Netto. Por exemplo, quando se houve a comemoração dos 30 anos da UFPA produziu-se um documento denominado "UFPA 30 anos"⁴ sendo publicado na página do canal do Youtube UFPA Dois Ponto Zero. Diversos personagens da história recente desta instituição amazônica concederam através de uma roda de conversa entrevistas para debater os caminhos percorrido pela UFPA. Dentre os entrevistados estava o reitor Silveira Netto, que assumiu a reitoria da UFPA no período de 1960 a 1969, ele assim afirma que se vivia no campus do Guamá como um verdadeiro "oásis, um mar de tranquilidade" (ALVES, 2022, p. 292)

Nesse aspecto, o papel do pesquisador ao trabalhar com os chamados temas sensíveis dentro do espaço de sala de aula não consiste em substituir uma determinada narrativa oficial construída pelo Estado, por outro discurso de sujeitos que não tiveram suas verdades colocadas em confronto com a narrativa oficial, mas de suscitar o "pensar historicamente" em sala de aula mediante as fontes históricas disponíveis e produzidas pela sociedade. O saber e o fazer históricos em sala de aula, assim argumenta as professoras Marlene Cainelli e Maria Auxiliadora Schmidt,

Nesse sentido, o professor de História ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vistas históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar em cada aula de história, temas e problemáticas históricas (CAINELLI; SCHMIDT, 2009, p. 34).

Conforme também nos lembra o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007) quando evidencia que o trabalho do historiador se faz com documentos, assim, refuta-se a ideia de que o documento se torna a prova do real, do que realmente aconteceu, o documento (escrito, imagético, audiovisual) torna-se um indício, nesse caso, testemunha do passado, o qual ele fala quando é perguntado, dentro da pesquisa e do ensino de História,

⁴ As entrevistas podem ser visualizadas através do link <<https://www.youtube.com/watch?v=1MnJuLQ6F48>>. Acessado em 15 de setembro de 2022.

No passado, podiam-se acusar os historiadores de conhecer somente as gestas dos reis. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais interessam-se, pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Quem construiu Tebas de sete portas? – perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva seu peso (GINZBURG, 2007, p. 13).

Nesse sentido, a história é feita de versões sempre mediadas pelos vestígios deixados pelas sociedades humanas. Cabe-nos compreender historicamente, analisando-as, comparando-as, encontrando possíveis respostas para uma problemática previamente estabelecida dentro de determinado fato histórico. O trabalho do professor de História e de Estudos Amazônicos, nesse aspecto, torna-se interessante mediante o contato com as fontes históricas dentro e fora de sala de aula, para que assim, associe-se ao conceito histórico e fortaleça-se sua capacidade de raciocínio baseado em uma situação dada.

Na Universidade Federal do Pará os debates sobre a reforma universitária, sobre o cotidiano dos estudantes universitários nas faculdades isoladas, bem como a implantação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) durante a gestão do ex-reitor José Silveira Netto são reflexos da expressão autoritária de controle e vigilância dentro do campus universitário do Guamá (FONTES; ALVES, 2013). Os estudantes universitários apresentam em suas memórias as vivências sobre a repressão e o processo de modernização autoritária que ocorria durante os anos 1960 nas universidades brasileiras.

A história social possibilitou ampliar os horizontes de perspectivas historiográficas na pesquisa e no ensino, um exemplo dessa abordagem é a história local sendo vista como “à história de pequenas localidades, escritas por pessoas de diferentes segmentos sociais, não necessariamente historiadores. Este fato tem provocado várias críticas e até certo descaso pelos conteúdos da história local” (CAINELLI; SCHMIDT, 2009, p. 137). No caso da história local e regional no estado do Pará, temos a emergência do debate sobre a Amazônia a partir da disciplina regional conhecida como Estudos Amazônicos, portanto, sendo considerada uma disciplina escolar que valorize os conteúdos relacionados ao estudo do meio e da localidade.

A possibilidade de aprendizagem com estratégia interessante para debater o ensino de história local, possibilita assim o professor levar para o ambiente de sala de

aula, “o trabalho com espaços menores facilitando o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências” (CAINELLI; SCHMIDT, 2009, p. 137). Nesse caso, pode-se favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas dos alunos, evidenciando que o conhecimento histórico é múltiplo e diverso. Conforme destaca Proença (1990, p. 139) quando evidencia que “assiste-se presentemente o desenvolvimento de uma história local que visa tirar partido das novas metodologias, utilizando novas fontes quantitativas e qualitativas, e cujos os temas poderão ter um aprofundamento didático motivador e estimulante”.

No caso da UFPA, por exemplo, tivemos contatos com a documentação oficial produzida durante a ditadura civil-militar, e foi pensada, para confrontar a narrativa oficial com a produção de 52 entrevistas disponibilizadas no repositório multimídia da UFPA. Como as entrevistas têm uma duração de 50min a 1h15min e devido a impossibilidade de trabalhar integralmente em sala de aula devido a duração de uma aula da disciplina Estudos Amazônicos ser entre 45 min a 50 min no estado do Pará, foi produzido cinco programas a partir da temática da ditadura civil-militar no Pará. Apresentamos os temas debatidos nos cinco programas a seguir.

Tabela 6 – Programas sobre a ditadura civil-militar.

Programa 1 – As memórias do golpe de 64 ⁵
Programa 2 – 1968: A utopia de uma paixão ⁶
Programa 3 – Censura e Tortura no período militar ⁷
Programa 4 – Traumas e Perdas no período militar ⁸
Programa 5 – Redemocratização ⁹

Fonte: Autor, 2022

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – As memórias do golpe de 1964. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10 min e 41 seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1303> >. Acesso em: 15 set. 2022

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – 1968: A Utopia de uma Paixão. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 13min e 40seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1305>>. Acesso em: 15 set. 2022

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – Censura e Tortura no Período Militar. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10 min e 40 seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1304>> em: 15 set. 2022.

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – Traumas e Perdas do Período Militar. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (10 min e 34 seg.). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1307>>. Acesso em: 15 set. 2022.

⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. Programa Anos de Chumbo e a UFPA – Redemocratização. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (11 min e 14 seg.). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1306> >. Acesso em: 15 set. 2022.

Como forma de democratizar o acesso às fontes produzidas, bem como as correspondências de reitores com o Ministério da Educação, foi se pensado na elaboração de um site digital denominado Memorial César Moraes Leite¹⁰. As entrevistas também podem ser visualizadas, compartilhadas e baixadas deste site. Portanto, pensa-se na perspectiva de história pública e digital, que democratize o acesso às informações referentes à ditadura civil-militar no Pará. O debate da história pública está presente na ordem do dia dos historiadores.

Se a história do tempo presente é aquela que se faz em meio às correntezas e aos fluxos temporais, com suas temporalidades a cortar o tempo vivido pelo(a) historiador(a), a história pública é sensível à busca dos sujeitos sensíveis do presente que conferem sentidos ao passado, ora com demandas ideológicas, ora consumistas, ora para fins de estabelecimento de lutas políticas no momento. (BORGES; RODRIGUES, 2021, p. 9).

Durante a apresentação do Memorial César Moraes Leite pode se ter a ideia do instrumento pedagógico construído para debater a UFPA, a sociedade paraense e a região amazônica em tempos de ditadura civil-militar, pois,

O Memorial César Moraes Leite é um acervo documental digital referente aos anos de 1964 a 1985 no Pará, obtido a partir de pesquisa em fontes jornalísticas, documentos do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), atas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e depoimentos de servidores sobre o período da Ditadura Civil-Militar. Ainda que especificamente do Pará, o acervo não perde de vista a conexão do ocorrido no espaço local, com o ocorrido em âmbito nacional. A produção desse acervo digital é uma importante ferramenta para a análise e compreensão da história social de movimentos de oposição aos governos militares no Estado do Pará (MEMORIAL CÉSAR MORAES LEITE).

Os cinco programas destacam as gerações de jovens estudantes universitários ou de professores da Universidade Federal do Pará apresentando a sua versão do período autoritário, evidenciando a partir de suas memórias os impactos da ditadura civil-militar na vida e no cotidiano da UFPA no período de 1964 a 1985. Portanto, as suas memórias nos lembram outras facetas da história recente desta universidade amazônica, que após 50 anos estavam “escondidas”, e que foram possíveis relembrar

¹⁰ O site César Moraes Leite pode ser consultado através do link <http://memorialcesarleite.com.br/> acessado em 15 set. 2022.

50 anos depois, as reivindicações estudantis e suas lutas políticas durante a ditadura civil-militar. Os programas evidenciam que diferente do que pensou em 1987 o reitor Silveira Netto, a UFPA não era um oásis de tranquilidade, mas uma universidade que estava também em movimento questionando as políticas educacionais da ditadura civil-militar para as universidades no período. As memórias estudantis dos jovens universitários da UFPA assim indicam que,

Chegou uma época que era difícil para todo mundo, você tinha medo na universidade, você tinha medo na rua, quando dizem anos de chumbo é porque pesava”¹¹, assim, nos lembra a professora Margaret Moura Refkalefsky durante a sua entrevista.

Os temas sensíveis estão em todas as partes na universidade, nas redes sociais, nos espaços escolares, nos espaços da cidade, esperando serem mobilizados pelos professores na educação básica, e cabe-nos a partir de nossos espaços de ensino-aprendizagem construir uma educação igualitária, democrática e justa, e que sirvam para formar a geração do amanhã com novos valores.

Referências

ALVES, Davison. **A disciplina Estudos Amazônicos e seus livros didáticos (1990-2000)**. Editora Diálogo Freiriano, 2020.

ALVES, Davison. **Estudo(s) de Problemas Brasileiros**: a história de uma disciplina conflituosa e vigiada. Tese. Doutorado em História da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BORGES; Viviane; RODRIGUES, Rogério. **História Pública e História do Tempo Presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>.

¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) - Entrevista com Margaret Moura Refkalefsky. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (55 min e 58 seg.). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1273>>. Acesso em: 15 set. 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**: Orientações para o processo de implementação da BNCC. MEC, Brasília, DF, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/guia_BNC_2018_online_v7.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: Propostas de Práticas de Implementação. MEC, Brasília, DF, 2019. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf>

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

CANABARRO, Ivo. Caminhos da comissão nacional da verdade (CNV): memórias em construção. **Sequência**. (Florianópolis), (69), dez., 2014.

DELLA VECHIA, Renato; GASPAROTTO, Alessandra & SILVEIRA, Marília. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta pela verdade, justiça e memória no Brasil. **Espaço Plural**. Ano XIII. nº 27. 2º Semestre 2012.

ABÍLIO JÚNIOR, Antônio. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 01, p. 13-27, jan./jun. 2021.

FREITAS, Itamar. **A história regional para a escolarização na educação básica no Brasil: o livro didático em questão (2009-2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº1, p. 280-292, jan./jun. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, dez. 2002.

GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, 20 (39), 2016.

GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

GODOY, Hermínia; FAZENDA; Ivani. **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2012.

LEGARDEZ, Alain; SIMONNEAUX, Laurence. **L'école à l'épreuve de la actualité: enseigner les questions vives**. Paris: ESF, 2006.

PARÁ. Secretaria do Estado do Pará. **Base Nacional Curricular Comum – Pará**. Belém, 2019.

PEREIRA, Nilton; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v.7, nº 13, 2018.

PROENÇA, Maria. **Ensinar/Aprender História**. Lisboa: Horizonte, 1990.

SILVA, Wellington. **A Guerra Silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. Dissertação. Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, dez. 2003.

Recebido em: 18/09/2022

Aprovado em: 28/12/2022